

INTERESSADA: Escola Maranhata		
ASSUNTO: Recredenciamento da Escola Maranhata, Inep/Censo Escolar nº 23073950, instituição sediada na Rua César Correia, nº 303, bairro Barra do Ceará, 60336-480, nesta capital, autorização do curso de ensino fundamental anos iniciais, com validade até 31 de dezembro de 2028, e a homologação o Regimento Escolar.		
RELATORA: Tália Fausta Fontenele Moraes Pinheiro		
PROCESSO Nº 30021001988.2024-22	PARECER Nº 675/2024	DATA: 16/10/2024

I – RELATÓRIO

Coracy Teixeira Monteiro, diretor da Escola Maranhata, instituição sediada nesta capital, por meio do Processo nº 00001988/2422, solicita a este Conselho Estadual de Educação (CEE) o recredenciamento da referida Escola, a autorização para o curso de ensino fundamental anos iniciais e a homologação do Regimento Escolar.

Essa Instituição é integrante da rede privada de ensino, tem sede na Rua César Correia, nº 303, bairro Barra do Ceará, 60336-480, nesta capital, e está registrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 63.476.022/0001-42. Referida instituição foi recredenciada pelo Parecer CEE nº 0319/2021 com validade até 31 de dezembro de 2024.

Responde pela direção o professor Coracy Teixeira Monteiro, licenciado em Filosofia, com especialização em Administração Escolar, Registro nº 9701140/Demec/CE, pela secretaria escolar Sônia Soares da Silva, Registro nº 3637. O corpo docente é composto de seis professores todos habilitados na forma da lei perfazendo 100%.

O processo vem instruído com vasta documentação, conferindo-lhe as condições legais e organizacionais, com os respectivos cursos especificados nos documentos apresentados. Para tanto, apresentou a este Conselho a seguinte documentação:

- a) Requerimento;
- b) CNPJ;
- c) Contrato Social;
- d) Projeto Pedagógico;
- e) Regimento Escolar;
- f) Fotografias;
- g) Material mobiliário e equipamentos.

A instituição apresentou proposta pedagógica bem elaborada e

FOR:SF
REV:KB

Cont./Parecer nº 675/2024

organizada, destacando os referenciais teóricos e os pressupostos filosóficos adotados, dentre outros itens importantes, tais como a avaliação da aprendizagem, os objetivos e as metas prioritárias, elaborado conforme as novas diretrizes pedagógicas para a educação básica e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino fundamental e com o plano de ação fundamentado nos aspectos fundantes da BNCC.

Há indicativo de uma política de educação especial, com registro de matrícula, e serviços específicos de atendimento pedagógico voltados para o público dessa modalidade, com recursos humanos, materiais e práticas pedagógicas que buscam o atendimento às necessidades específicas desses alunos, eliminando as barreiras para a sua participação e aprendizagem.

O Regimento foi elaborado nos termos da Resolução CEE nº 395/2005. Apresenta estrutura organizacional, regime escolar, didático, normas de convivência social; sistemática de avaliação contemplando frequência, promoção e estudos de recuperação; organização do ensino, competências da BNCC, direitos e deveres dos alunos, professores e especialistas estão assegurados; há recomposição e compromisso do corpo docente com aprendizagem e dificuldades dos alunos, recuperação paralela e contínua, buscando estratégias didático-pedagógicas que garantam a promoção contínua dos alunos, por meio de mecanismos de regularização da sua vida escolar, em tempo hábil e de acordo com o grau de desenvolvimento da aprendizagem, dentre outros.

O acervo bibliográfico é constituído de 982 títulos.

De acordo com as fotografias em anexo no Sisp, as instalações são satisfatórias e adequadas para desenvolver o ensino a que se destina.

Dispensa-se a citação dos demais documentos apresentados, pois o que é exigido por este Conselho está inserido no Sistema de Informatização e Simplificação de Processos (Sisp).

III – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O deferimento do credenciamento tem amparo na Lei Nº 9394/1996-LDBN, na Resolução nº 451/2014, que dispõe sobre os critérios de credenciamento; na Resolução CEE nº 395/2005, que estabelece diretrizes para a elaboração de instrumentos de gestão das instituições de educação básica integrante do Sistema de Ensino do Estado do Ceará, Resolução CEE nº 474/2018, que fixa normas complementares para instituir o Documento Curricular Referencial do Ceará, Princípios, Direitos e Orientações, fundamentado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da educação infantil e do ensino fundamental e orienta a

FOR:
REV:



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Cont./Parecer nº 675/2024

elaboração de currículos e sua implementação nas unidades escolares dos sistemas estadual e municipais do Ceará; e na Resolução do Conselho Nacional de Educação Nº 02/2017-CEB/CNE, que Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

IV – VOTO DA RELATORA

Com base nas informações acima citadas e nas demais constantes nos dados do Sistema de Informatização e Simplificação de Processos (Sisp) voto favorável ao credenciamento da Escola Maranhá, Inep/Censo Escolar nº 23073950, instituição sediada na Rua César Correia, nº 303, bairro Barra do Ceará, 60336-480, nesta capital, à autorização do curso de ensino fundamental anos iniciais, com validade até 31 de dezembro de 2028, e à homologação do Regimento Escolar.

No que diz respeito à educação infantil, a solicitação deverá ser encaminhada ao Conselho Municipal de Educação de sua jurisdição para exame e aprovação.

IV – CONCLUSÃO DA CÂMARA

Parecer aprovado, por unanimidade, na Sala Virtual das Sessões da Câmara da Educação Básica do Conselho Estadual de Educação, em Fortaleza, aos 16 de outubro de 2024.


TÁLIA FAUSTA FONTENELE MORAES PINHEIRO
Relatora


MARIA LUZIA ALVES JESUINO
Presidente da CEB


ADA PIMENTEL GOMES FERNANDES VIEIRA
Presidente do CEE

FOR:
REV:

